

Concurso Delegado de Polícia Civil da PC/AP Questões de Direito Constitucional

Questão 37 - Item I: conforme decidido pelo STF em fevereiro de 2017, em sede do RE 650898, "Tribunais de Justiça podem exercer controle abstrato de constitucionalidade de leis municipais utilizando como parâmetro normas da Constituição Federal, desde que se trate de normas de reprodução obrigatória pelos Estados."

Item II: O quorum para Tribunais declararem inconstitucionalidade de lei (reserva de plenário) é o da maioria absoluta, na forma do art. 97 da CRFB/88;

Item III: A atribuição das Polícias Cíveis e das Guardas Municipais estão claramente expressas na CRFB/88, conforme art. 144 §§ 4º e 8º, respectivamente.

Resposta correta: D

Questão 38 - Itens I e II: pode diversas vezes (ADI 3.279, ADI 2220, ADI nº. 4791, de relatoria do Ministro Teori Zavascki, e as de nºs. 4792 e 4800, de relatoria da Ministra Cármen Lúcia) o STF já decidiu que Constituições e Legislações Estaduais NÃO podem definir crimes de responsabilidade nem normas de processo de julgamento destes crimes por parte de Governador;

Item III: Art. 105, I, a) CRFB/88: Compete ao STJ processar e julgar originariamente, nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do DF. A competência pelo foro por prerrogativa de função estabelecida na CF excepciona a competência do Tribunal do Juri.

Resposta: A

Questão 39 - para encontrar a assertiva correta, o candidato deveria ter em mente o seguinte:

Súmula 702-STF: A competência do Tribunal de Justiça para julgar prefeitos restringe-se aos crimes de competência da justiça comum estadual; nos demais casos, a competência originária caberá ao respectivo tribunal de segundo grau.

"Nos limites da circunscrição do município e havendo pertinência com o exercício do mandato, garante-se a imunidade do vereador". STF. Plenário. RE 600063, Rel. para acórdão Min. Roberto Barroso, julgado em 25/02/2015.

Resposta: C

Questão 40 - a) ERRADA A lei anterior à CF com ela incompatível é não recepcionada, não havendo que se falar em ADI;

b) ERRADA. Art. 5º, § 3º CRFB/88: *Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.*

c) ERRADA. Art. 7º Lei 11.417/06 *Da decisão judicial ou do ato administrativo que contrariar enunciado de súmula vinculante, negar-lhe vigência ou aplicá-lo indevidamente caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal, sem prejuízo dos recursos ou outros meios admissíveis de impugnação.* O caso aqui seria não de reclamação, mas ADI.

e) ERRADA; Art. 97 CRFB/88: *Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.*

Resposta: D

Questão 41 - A questão trata da LC 51/85 que dá eficácia ao disposto no art. 40, § 4º, II da CRFB/88:

É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores:

II - II que exerçam atividades de risco;

RESPOSTA: C

Questão 42 - a) ERRADA. É necessária a ordem judicial;

b) ERRADA: CPI pode determinar qualquer medida, EXCETO as que sejam de reserva jurisdicional (restrita aos Juízes), o que não é o caso da quebra de sigilo Bancário de Fiscal, conforme a LC 105 Art. 4º § 1º;

c) ERRADA. Interceptação telefônica é justamente um exemplo de medida restrita à reserva de jurisdição. A CPI não pode determinar diretamente.

e) ERRADA. Tal direito está previsto no art. 5º, LXIII da CRFB/88 e sua inobservância implica em NULIDADE do ato.

"Juizados especiais criminais. Não tendo sido o acusado informado do seu direito ao silêncio pelo Juízo (art. 5.º, LXIII), a audiência realizada, que se restringiu à sua oitiva, é nula" (STF, HC n. 82.463, relatora Ministra Ellen Gracie, DJU de 19.12.2002). No mesmo sentido, o RHC n. 79.973, DJU de 13.10.2000.

Resposta: D

Questão 43 - As assertivas tratam do chamado Sistema Constitucional das Crises desenhado nos art. 136 e 137 da CRFB/88.

Sendo a opção correta a letra C, ao reproduzir quase que literalmente o disposto no art. 136, § 1º, I, alíneas a), b) e c).

Resposta: C

Questão 44 - Assertiva I: Art. 60, § 1º, II, a) CRFB/88; e

Assertivas II e II: Art. 66 §§ 3º e 7º CRFB/88

É da iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração, bem como que disponha sobre regime jurídico e provimento de cargos dos servidores públicos. Afronta, na espécie, ao disposto no art. 61, § 1º, II, a e c, da Constituição de 1988, o qual se aplica aos Estados-membros, em razão do princípio da simetria. [ADI 2.192, rel. min. Ricardo Lewandowski, j. 4-6-2008, P, DJE de 20-6-2008.]

Incorre em vício de inconstitucionalidade formal (CF, arts. 61, § 1º, II, a e c, e 63, I) a norma jurídica decorrente de emenda parlamentar em projeto de lei de iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo, de que resulte aumento de despesa. Parâmetro de observância cogente pelos Estados da Federação, à luz do princípio da simetria. [ADI 2.079, rel. min. Maurício Corrêa, j. 29-4-2004, P, DJ de

18-6-2004.]; RE 745.811 RG, rel. min. Gilmar Mendes, j. 17-10-2013, P, DJE de 6-11-2013, com repercussão geral; RE 759.518-RG, rel. min. Gilmar Mendes, j. 30-5-2014, P, DJE de 24-11-2014, com repercussão geral.

Resposta: B

Bernardo Barbosa - Delegado de Polícia Federal

[Gran Cursos Online](#)